

A LGBTI+fobia recreativa: quando a violência se disfarça de brincadeira

(Recreational LGBTI+phobia: when violence is disguised as a joke)

(LGBTI+fobia recreativa: cuando la violencia se disfraza de broma)

Wallace Matos da Silva¹
Rafael Siqueira de Guimarães²

RESUMO: Este artigo, que problematiza a LGBTI+fobia recreativa e seus desdobramentos, objetiva discutir como, sob o disfarce da brincadeira, a LGBTI+fobia recreativa desvela preconceitos e violências direcionados às corporalidades sexo-gênero dissidentes. Para tanto, parte de uma metodologia qualitativa, a qual inter-relaciona a pesquisa bibliográfica às narrativas de vida, tendo por corpus de análise o relato autobiográfico. Com base em um viés anticolonial e antilgbti+fóbico, a discussão evidencia que a base da LGBTI+fobia recreativa está em um conjunto de opressões sociais e de gênero, as quais expressam múltiplas violências relacionadas ao preconceito sexual e de gênero sob o disfarce de que é “brincadeira”, “humor inofensivo”, assim como a LGBTI+fobia recreativa apropria-se, geralmente, dos espaços de afeto para incutir e reproduzir violências contra a comunidade LGBTI+.

PALAVRAS-CHAVE: LGBTI+fobia recreativa; Narrativas de vida; corpos LGBTI+; Violência de gênero.

Abstract: This article, which problematizes recreational LGBTI+phobia and its consequences, aims to discuss how, under the guise of play, recreational LGBTI+phobia reveals prejudices and violence directed at dissident sex-gender bodies. To this end, it uses a qualitative methodology, which interrelates bibliographical research with life narratives, using autobiographical accounts as the corpus of analysis. Based on an anti-colonial and anti-gbti+phobic bias, the discussion shows that the basis of recreational LGBTI+phobia lies in a set of social and gender oppressions, which express multiple forms of violence related to sexual and gender prejudice under the guise of “joking”, “harmless humor”, just as recreational LGBTI+phobia generally appropriates spaces of affection to instill and reproduce violence against the LGBTI+ community.

Keywords: Recreational LGBTI+phobia; Life narratives; LGBTI+ bodies; Gender violence.

Resumen: Este artículo, que problematiza la LGBTI+fobia recreativa y sus consecuencias, pretende discutir cómo, bajo la apariencia de juego, la LGBTI+fobia recreativa revela prejuicios y violencia dirigidos a los cuerpos sexogenéricos disidentes. Para ello, utiliza una metodología cualitativa, que interrelaciona la investigación bibliográfica con las narrativas de vida, utilizando relatos autobiográficos como corpus de análisis. Partiendo de un sesgo anticolonial y antigbti+fóbico, la discusión muestra que la base de la LGBTI+fobia recreativa reside en un conjunto de opresiones sociales y de género, que expresan múltiples formas de violencia relacionadas con prejuicios sexuales y de género bajo la apariencia de «broma», de «humor inofensivo», así como la LGBTI+fobia recreativa generalmente se apropia de espacios de afecto para infundir y reproducir violencia contra la comunidad LGBTI+.

Palabras clave: LGBTI+fobia recreativa; narrativas de vida; cuerpos LGBTI+; violencia de género.

1 Doutor em Educação pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Língua e Cultura pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia e Licenciado em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Docente EBTB de Língua Portuguesa e respectivas Literaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA-Campus de Salvador), Líder do Grupo de Pesquisa Linguagem e Representação – GPLR/IFBA, membro do Grupo de Pesquisa GRIETA/UFSJ, Email: wallace.ifba@gmail.com

2 Pós-Doutorado em Estudos Latinoamericanos - Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, México, Grande área: Ciências Humanas, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Mestre em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Psicólogo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós Graduação em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), dos Programas de Pós Graduações em Educação/UFBA e Psicologia/Unesp Assis, líder do Grupo de Pesquisa GRIETA, Email: rafaelorientacao@gmail.com



Os códigos de gênero são internalizados como se fossem coisas ‘naturais’. Neles, a masculinidade é, desde cedo, definida pela competição, pela disputa em que se pretende derrotar outro homem, pela força ou pela astúcia. A masculinidade é agônica, é como se não pudesse pertencer a todos, tendo que ser tomada de outro desafio.
Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013, p. 220)

1 Introdução

As pessoas que vivenciam, cotidianamente, experiências relacionadas às identidades dissidentes são, com frequência, associadas a uma suposta forma de humor que, em realidade, materializa um conjunto de opressões e violências. Na obra “Racismo recreativo”, Adilson Moreira (2020) explicita como, para as pessoas negras, essa é a uma realidade comum, visto que homens e mulheres negras são alvo de piadas preconceituosas, em razão da cor de sua pele, mas que são aceitas socialmente, sob a justificativa de que são apenas “piadas”.

Neste artigo, a partir da obra de Moreira (2020), buscamos, guardadas as devidas proporções, abordar o que identificamos como LGBTI+fobia recreativa, que é quando esse “humor” preconceituoso tem por alvo as pessoas que integram a população LGBTI+³. Desse modo, este estudo, que é uma das ramificações da tese de doutorado do primeiro autor, aborda a LGBTI+fobia recreativa⁴ e suas consequências para a população LGBTI+, tendo por objetivo discutir como, disfarçada de brincadeira, a LGBTI+fobia recreativa revela preconceitos e violências direcionados às corporalidades sexo-gênero dissidentes.

Para tanto, utilizamos uma metodologia qualitativa que conecta a pesquisa bibliográfica às histórias de vida, tendo como objeto de análise o relato autobiográfico e, em momentos do texto em que foi necessário, o uso da primeira pessoa no singular está marcado, tendo em vista o viés desta pesquisa. Desse modo, apresentamos, inicialmente, uma discussão teórico-bibliográfica sobre a construção do pensamento heterossexual e, a partir daí, os binarismos de gênero que são

3 Simões e Facchin (2009) escrevem sobre o percurso do surgimento das letras, nomes e siglas oriundos dos movimentos ativistas LGBTI+. Explicam a inclusão de cada coletivo e sua respectiva letra de luta política formando o acrônimo LGBTI+ do movimento social, nas pautas de deliberações das Conferências, Congressos e Encontros Nacionais GLBTI+ realizadas ao longo dos anos. O acrônimo LGBTI+ é adotado pelo Dignidade e pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais. O “Manual de comunicação LGBTI+”, organizado por Toni Reis e Simón Casal, apresenta aos meios de comunicação, incluindo jornalistas e estudantes desta área, a terminologia mais atualizada sobre a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexo (LGBTI+), para problematizar à discussão do tema no debate nacional e internacional sobre seus direitos. Em razão desses argumentos, adotarei o acrônimo LGBTI+ neste artigo, nesta temporalidade, visto que, o acrônimo é uma representação de coletivos, é aberto e sujeito a contestações, variações e mudanças.

4 Termo adaptado, por mim, em analogia ao termo “Racismo Recreativo” criado pelo Professor Doutor Adilson Moreira (Universidade de Harvard em Direito Antidiscriminatório). O autor, em uma entrevista para a revista Carta Capital, publicada em 18/12/2018, afirma que o Racismo Recreativo designa uma política cultural que utiliza o humor para expressar hostilidade em relação a minorias raciais: “O humor racista opera como um mecanismo cultural que propaga o racismo, mas que ao mesmo tempo permite que pessoas brancas possam manter uma imagem positiva de si mesmas. Elas conseguem então propagar a ideia de que o racismo não tem relevância social. Não podemos esquecer que o humor é uma forma de discurso que expressa valores sociais presentes em uma dada sociedade.”. A entrevista está disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/adilson-moreira-o-humor-racista-e-um-tipo-de-discurso-de-odio/>



socialmente impostos, deslocando para o campo das dissidências sexuais e de gênero tudo o que não atender ao padrão binarista adotado pelas sociedades ocidentais. Em seguida, incursionamos pela análise-discussão relacionada à LGBTI+fobia recreativa, tendo como elemento motivador da abordagem um relato autobiográfico, experienciado durante a Copa do mundo de futebol, em 2022.

Justificamos, nesse sentido, que o campo de estudo das narrativas de vida, a partir de Daniel Bertaux (2020), Christine Delory-Momberger (2012) e Leonor Arfuch (2010), possibilita identificar como, a partir do relato autobiográfico, o particular e o coletivo se entrecruzam, visto que o eu relatado desvela também um “nós”, um conjunto de subjetividades e identidades que se aproximam às vivências descritas. Sendo um sujeito autor gay, o meu corpo, as minhas experiências pessoais, estão atravessadas pelas vivências coletivas da população LGBTI+, e vice-versa, o que me possibilita, apoiado neste campo de estudos e na metodologia indisciplinada proposta por Jota Mombaça (2016), trazer meu relato autobiográfico para este texto, subvertendo determinadas lógicas acadêmicas mais conservadoras, ao inscrever meu corpo, minhas histórias, minhas narrativas neste estudo, na condição de corpus/retrato autobiográfico motivador da abordagem teórica proposta.

Dessa forma, nas próximas seções, traremos alguns elementos que, historicamente estão articulados ao sistema político sexo-gênero hegemônico binário (homem-mulher) como categorias mutuamente excludentes, com o intuito de abordar como essas relações contribuem para manutenção de uma mentalidade heteronormativa, misógina, racista que está naturalizada no imaginário das pessoas heterossexuais e de algumas pessoas LGBTI+. Pensamos ser necessário fazer essa discussão, pois precisamos (e aqui posicionamos a narrativa individual no lugar de fala de um coletivo) estar atentos às armadilhas do patriarcado e do sistema saber-poder colonizador que se estrutura e reestrutura para a sua manutenção nas estruturas de poder com a legitimação dos oprimidos que, pelo “desconhecimento”, reiteram, por meio de pensamento “ingênuo”, as práticas dominantes e hegemônicas como naturais.

2 A problemática inventiva da heterossexualidade e o pensamento hétero

Consideramos importante fazer um recorte na história da construção, poderia também utilizar o termo invenção, das acepções dos termos hétero e homossexualidades, como eles foram construídos e seus impactos na atualidade. Gore Vidal (1995), no prefácio do livro “A invenção da heterossexualidade”, afirma que o conceito de heterossexualidade trouxe consequências terríveis e, ao mesmo tempo, foi fundamental para as noções estranhas da sexualidade humana que Freud



e seus discípulos apresentaram durante o século XIX. Segundo Vidal, Freud, conhecedor da cultura e da história gregas, tinha ideias convincentes saída do antigo testamento sobre o que era comportamento bom e inadequado e os freudianos nunca conseguiram propor uma palavra adequada para a heterossexualidade porque os gregos não sabiam o que era isso. Entretanto, sabiam sobre a reprodução, a luxúria, o amor e a intensidade do desejo sexual entre homens, homens e mulheres, mulheres e mulheres. Curiosamente, Vidal comenta que Freud sucumbiu aos princípios do antigo testamento e considerou o fato básico de pênis mais vagina é igual a bebê e ponto final. Peter Fry e Edward MacRae (1985) observam que as tendências dos estudos psicanalíticos, datados do século XIX, contribuíram com uma visão desfavorável da homossexualidade, pois havia uma perspectiva de enfatizar os aspectos biológicos e inatos da homossexualidade. Eles afirmam que Freud considerava a homossexualidade nos homens como uma situação sem possibilidade de cura, devido a quatro principais causas:

a primeira seria a ‘fixação’ quando o indivíduo deixava de completar adequadamente todas as etapas do processo de amadurecimento permanecendo fixado a uma delas. A segunda seria o medo da castração, resultante de um desejo infantil pela mãe e o medo de uma punição por parte de um pai ciumento. A terceira é um narcisismo. Segundo Freud, o homossexual procuraria um parceiro parecido consigo, pois, inconscientemente, desejava amar a si mesmo. A quarta seria identificação com um dos pais do sexo oposto., o que levaria a criança copiar a sua preferência sexual. Alegava que isto ocorreria muito com meninas que tivessem mães dominadoras e pais ausentes. (Peter Fry; Edward MacRae, 1985, p. 73-74)

Segundo os antropólogos, Freud considerava “os aspectos experienciais, sociais e familiares, sem descartar completamente a ideia de existirem tendência inatas que ele via como parte de uma predisposição bissexual” (Peter Fry; Edward MacRae, 1985, p. 72). Nesse sentido, a psicanálise compreendia que a sexualidade possuía objetivos predeterminados, inatos e adquiridos: “heterossexualidade como condição sadia e a procriação como a sua finalidade máxima” (Peter Fry; Edward MacRae, 1985, p. 73). Ou seja, um discurso altamente alinhado aos princípios judaico-cristãos.

Frente a esse contexto, Jonathan Ned Katz (1995), um ativista gay americano engajado, se propôs a analisar o cenário das pautas LGBTI+ nos anos de 1960 e 1970, publicando ensaios e críticas em mídias jornalísticas, bem como realizando conferências em universidades sobre esse tema. Em meio à efervescência das movimentações dos gays e lésbicas estadunidenses contra as opressões, discriminações e violências sofridas que resultaria no levante de Stonewall, ele escreveu uma peça teatral “Coming Out!”, que remetia à história gay americana. O texto dessa peça se tornou um livro “Gay American History: Lesbians and Gays Men in the U.S.A.” no ano de 1976. Segundo o autor, o livro tinha como objetivo “revolucionar o conceito tradicional da



homossexualidade” (Katz, 1995, p. 17).

Posteriormente, em 1978, Katz (1995) realiza uma conferência na Universidade de Nova York com a temática “poder e sexualidade”, em que sugere a necessidade de fazer o estudo da história da heterossexualidade. Em 1981, ele apresenta o ensaio “The Invention of Heterosexuality” ao grupo de estudos sobre “sexo na história” formado por ativistas-amigos gays e ativistas-amigas lésbicas e é estimulado por todos a continuar desenvolvendo os estudos e pesquisas da heterossexualidade. Em um desses momentos de estudos, após a leitura de um ensaio sobre as mulheres, a sociedade americana da década de 1920 e a imposição social da heterossexualidade, realizada por Lisa Duggan, feminista e amiga dele, ele passou a defender que a heterossexualidade não foi só uma imposição social, mas uma invenção moderna, afirmando que tanto o termo homossexualidade quanto heterossexualidade são construções sociais e históricas.

Segundo Katz (1996), o léxico “heterossexualidade”, como a entendemos atualmente, não passou de uma invenção. O autor destaca que a palavra heterossexual aparece nos primeiros registros médicos-psíquicos como dispositivo de controle de práticas sexuais e não como dispositivo para designação de identidades coletiva e individual. Constituía-se em um dos mecanismos de instauração do poder econômico-político dos indivíduos através do controle das práticas sexuais. Katz explica que o termo heterossexual significava um interesse “inconveniente” pelo sexo oposto. O referido termo apresentava certa carga semântica negativa porque, em si, carregava as categorias: adultérios, luxúrias, sadomasoquismo, fetiche, entre outras possibilidades de realização diversas do desejo sexual que não fosse o convencionalizado. “Inconveniente” está intimamente relacionado a conotações “negativas” das pessoas em relação aos pensamentos e práticas seus desejos sexuais que estabeleciam linhas de fuga com as práticas sexuais normatizadas para o cumprimento social reprodutivo. É nesse cenário de negatificação da categoria “heterossexual” que se iniciam os experimentos da medicina da época, que estabeleciam mecanismos de controle das práticas sexuais à luz dos princípios da fé e da crença, reproduzindo o moralismo judaico-cristão.

Como o conhecimento científico é estruturado na perspectiva de uma lógica binária, em função de que o cérebro é estruturado dessa maneira com duas estruturas binárias, havia necessidade de se criar um outro termo ou categoria, por assim dizer, que fizesse a oposição ao termo heterossexualidade, daí o surgimento da palavra homossexualidade que é criada para indicar a ideia oposta ao termo heterossexual. Assim, constitui-se o grupo bom, constituído das pessoas heterossexuais e o grupo ruim, constituído pelos homossexuais. Veja que não há, nessa perspectiva, possibilidades de orientações sexuais que não fossem dentro do prisma da binaridade. É nessa conjuntura, em que fundamentos da ciência atrelados aos princípios da fé cristã, que se dá



o surgimento, ou melhor, a invenção de duas categorias passíveis de estabelecer o controle sexual das pessoas através da legitimação de determinadas práticas sexuais consideradas “normais” que garantiriam e manteriam o sistema reprodutivo da raça humana e da condenação de outras práticas que são consideradas anormais, pervertidas e anticristãs, como analisa Katz (1996). Podemos corroborar com este pensamento a partir dos estudos de Fernandes (2017) que demonstra, por meio de seus estudos antropológicos, que a ideia de homossexualidade não existia também no pensamento dos povos originários do Brasil, sendo reconhecida a história de Tibira, indígena assassinado pela igreja no século XVII por ser considerado pelos colonizadores portugueses um dissidente da norma da heterossexualidade.

Geralmente, a sociedade patriarcal tende a considerar a homossexualidade como um problema, entretanto, Katz (1996) propõe uma inversão desse *modus operandi* colonizador, propondo que a heterossexualidade é que deve ser objeto a ser estudado e debatido porque os problemas surgem em razão desse conceito. Tanto é que, analisando a problemática da heterossexualidade na conjuntura contemporânea, os homens que se denominam héteros estão em crise, em decorrência das imposições normativas de um modelo de comportamento de masculinidade que impacta em ações e pensamentos dos corpos masculinos, tais como virilidade, tamanho do pênis, desempenho sexual, dispositivos de masculinidades entre outras. Esta mesma sociedade que coloca a homossexualidade como um problema a “ser resolvido”, a “ser corrigido”, “tratado pela área médica”, por se tratar de uma conduta desviante as normas patriarcais e colonialistas, é a mesma que promove e provoca crises na existência nos homens naquilo que lhe é mais caro – “a masculinidade”.

As expectativas da conduta impostas pela sociedade patriarcal determinam os papéis, os atos, as ações, o falar, o agir e o pensar heterossexual. Ou seja, o sexual no “hétero ideal” sempre foi, desde o início, problemático. Monique Wittig (2022) reitera que esse princípio heterossexual fundante de que toda e qualquer sociedade oprimem particularmente lésbicas, mulheres e homens homossexuais uma vez que nos impedem de falar, a não ser que falemos os termos deles e acrescenta:

Os discursos que oprimem particularmente a todos nós, lésbicas, mulheres e homens homossexuais são os que pressupõem que o fundamento da sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade. [...] esses discursos nos negam todas as possibilidades de criar nossas próprias categorias. Mas sua ação mais feroz é a tirania impiedosa que exercem sobre nossa pessoa, termos tanto físicos quantos mentais (Wittig, 2022, p. 59).

Outras pessoas LGBTI+ e eu vivemos em uma constante vigilância de nossos corpos, para que possamos nos defender a qualquer ato de violência, seja ela qual for: simbólica, linguística,



semiótica, física, psicológica entre outras. Esse comportamento defensivo, diga-se de passagem, é razão do pensamento hetero hegemônico. Wittig (2022) nos esclarece como se articula essa forma de pensar hétero que está tão internalizada e atravessada ideologicamente em nossas mentes:

[...] o pensamento hétero desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos ao mesmo tempo. Só tenho a sublinhar o caráter opressor de que o pensamento hétero se reveste em sua tendência de universalizar imediatamente sua produção de conceitos e torná-los leis gerais que seriam verdadeiras para todas as sociedades, todas as épocas, todos os indivíduos. Desse modo, menciona-se a troca de mulheres, a diferença entre os sexos, a ordem simbólica, o Inconsciente, Desejo, gozo, prazer, Cultura, História, dando sentido absoluto a esses conceitos, quando são apenas categorias fundadas na heterossexualidade, ou pensamento que produz as diferenças entre os sexos como dogma político e filosófico (Wittig, 2022, p. 62).

Entendemos, nesse sentido, que o pensamento heterossexual, analisado na perspectiva de Monique Wittig, possibilita refletir o quanto a articulação dessa mentalidade é de ordem estrutural, estruturante e universalizante, que não permite a possibilidade de concepção de uma cultura diferente, de uma sociedade ordenada para as produções de outros conceitos de práticas que fujam aos conceitos estabelecidos historicamente e de forma imperativa. Gayle Rubin (2017), no livro políticas do sexo, argumenta que toda sociedade tem um sistema sexo/gênero que é “culturalmente definido e adquirido” (Rubin, 2017, p. 17). Dessa forma,

O sexo é o sexo, mas o que conta como sexo é algo culturalmente definido e adquirido. Toda a sociedade também tem um sistema de sexo/gênero -um conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana pela intervenção humana, social e satisfeita de uma maneira convencional (Rubin, 2017, p.17)

Rubin defende a ideia de que no domínio da sexualidade, há uma política interna, desigualdades e modos próprios de opressão (LGBTI+fobia Recreativa). Desse modo, conclui que o “sexo é sempre político” (Rubin, 2017, p. 64) – o que permite correlacionarmos que, não apenas o sexo é político, como também os discursos que o envolvem, incluindo os que são denominados como humorísticos para disfarçar as violências que comportam.

3 A LGBTI+fobia Recreativa: quando a “brincadeira” disfarça múltiplas violências

Como apresentamos no início deste artigo, o fato motivador para este estudo veio de uma experiência do primeiro autor junto a um grupo de amigos, durante um dos jogos da copa do mundo. De forma indisciplinar (Mombaça, 2016), bem como materializando minha narrativa autobiográfica (Arfuch, 2010), trago este relato por entender que a minha experiência é vivida, de outras formas e contextos similares ao meu, por outras pessoas LGBTI+ que, ao estarem entre amigos e conhecidos, no espaço da afetividade e das sociabilidades, veem os seus corpos serem



atravessados pelas violências da LGBTI+fobia recreativa.

Considerando que o relato/narrativa consiste no ato de contar e revelar a perspectiva dos sujeitos sobre o mundo, visto que os acontecimentos narrados tomam da totalidade os seus significados, dado que a história é composta de elementos escolhidos, “[...], a narrativa não é apenas o produto de um ‘ato de contar’, ela tem também um poder de efetuação sobre o que narra” (Delory-Momberger, 2012, p. 82). Bertaux (2020), em “As narrativas de vida”, argumenta que as “experiências vividas” devem ser compartilhadas, mesmo que individualmente, num primeiro momento, e depois “refletidas, aprofundadas em conversas com pessoas próximas para captar o sentido mais profundo” (Bertaux, 2020. p. xiii) que é a minha proposição argumentativa nesse texto.

Relato, portanto, minha experiência e faço deste texto acadêmico um espaço de denúncia e reflexão, visto que não apenas o sexo é político, como nos diz Rubin (2017), mas também o universo acadêmico e os discursos científicos que apresentamos. A motivação da escrita desse texto me ocorreu por conta de uma vivência, experienciada no primeiro jogo da copa do mundo de futebol, no Qatar, realizada em 22 de novembro de 2022. Um evento esportivo de mobilização social que, na maioria das vezes, reúne pessoas diversas, congregando raças e etnias, classes sociais, gêneros e sexualidades dissidentes. Geralmente, um momento de festividade, pois toda a atenção do país se volta para um único fato: apreciar e torcer para a seleção masculina de futebol brasileiro. Há pessoas que preferem assistir aos jogos em casa, sozinhas ou com familiares, com amigos, outras preferem torcer coletivamente em bares, arenas, shoppings ou espaços mais diversos e improvisados como lajes, quintais, garagens, entre outros ambientes, porque a relevância desse momento festivo é torcer para que o time conquiste a tão esperada vitória.

É nesse contexto, após a finalização do jogo, com a vitória da seleção brasileira, que teve início a minha inquietação na convivência comemorativa entre os que ali estavam presentes: três bichas/viadas⁵ (estou incluído nessa contagem) e vários homens casados que ostentavam o aparato do perfil da heterossexualidade masculina: casados, filhos, chefes de família, brutões, rudes, duros, agressivos, conquistadores e “ativos”, poderia enumerar outras mais. As suas esposas e namoradas

5 Utilizarei os dois termos bicha e viado/a neste artigo em função desse agrupamento de homens terem utilizado os referidos termos para se referirem a nossos corpos dissidentes. Constatei que havia o entendimento de uma isonomia de sentidos entre os termos: ambos remetiam ao corpo de sexualidade dissidente (homossexual passivo). Dessa forma, ora a abordagem acontecia com o termo “bicha” ora com o termo “viado”. James N. Green (2019, p.312-313) faz uma discussão, com base nos estudos de antropólogos realizados com o jornal “Snob”, com os termos “bofe”, “boneca” e “bicha” em que define traços da essência dos termos que caracterizariam cada um dos deles: bofe – homem homossexual com marcas predominantes da masculinidade; boneca e bicha seriam homens homossexuais com marcas visuais das feminilidades. Fly e MacRae (1985, p.63) esclarecem que o termo “bicha” é utilizado popularmente no Brasil para fazer referência ao homem homossexual passivo, havendo uma conotação de rebaixamento e inferiorização social por exercer essa posição na atividade da prática sexual. As discussões desses autores reiteram uma prática que permanece e se reinventa nos dias atuais.



estavam mais distantes, em outras mesas, reunidas em conversas paralelas que incluíam tópicos como filhos, insatisfações matrimoniais, dificuldades financeiras, traições... Como tinha acesso a elas, em alguns momentos, fiquei dialogando e, como pesquisador do universo das relações de gêneros e das sexualidades dissidentes, fiz muitas escutas dessas conversas nos momentos em que me fiz presente com elas. Esse lugar reservado por eles para elas, me reportou à leitura do livro de Michel Misse (1979) porque ele faz uma discussão acerca do estigma do passivo sexual e o ser mulher que carregam, em tese, todos os atributos da feminilidade entre eles, a passividade; visto que nas relações heteroafetivas, o homem exerce o papel sexual de ativo e a mulher, o passivo. O autor argumenta que

a ‘naturalização’ simbólica da ‘passividade’ feminina - conteúdo sintético do mito da feminilidade - se constitui sobre um conjunto de atributos psicológicos, embora sua referência última, deslocada e não-dita no discurso cotidiano, refira-se a uma condição física da mulher, usada como matéria-prima principal da estigmatização e que, de algum modo, deve funcionar também como símbolo de estigma (Misse, 1979, p. 17)

Nessa perspectiva, a posição social da mulher se constitui no lugar da subalternidade aos “maridos” e “namorados”. O salão de festas foi organizado por eles com TV e som, destinado a elas e aos filhos. Eles se estabeleciam e se organizavam em grupos no entorno do quiosque da churrasqueira. O cenário estava organizado seguindo os princípios da heteronormatividade e ao ordenamento social planejado ou também denominado como “planificação concertada” (Mead, 2014, p.293-294). Esse conceito de Margaret Mead remete a cultura da tradição da dominação masculina em que esse ordenamento se constitui em “planos que arregimentam as mulheres como criadoras de lares” (Mead, 2014, p. 294) o que faz com que as mulheres sejam educadas para acreditar no mito da dominação masculina, naturalizando essa crença de predomínio sobre o feminino.

Eles precisavam ficar à vontade para as diversas manifestações e suas formas de comemorações com os gols e, possivelmente, com a vitória do time brasileiro. Lá estávamos nós, as bichas, as viadas, envolvidas com as atividades deles. Geralmente, em ambientes onde há vários viados e bichas, há uma máxima de que o ambiente terá uma *mise en scène*, porque entendem que somos divertidas, alegres, brincalhonas, sorradeiras, atrevidas, entre outras qualificações que nos colocam no lugar das pessoas lúdicas, afinal, é muito comum usarmos as nossas bichices e viadices para divertimento geral, como é tão caracterizado e caricaturado nas telenovelas. Há quem diga que festa sem bicha e viado não tem graça. Nossas presenças, junto àquele agrupamento de “machos heteros”, eram permitidas porque, segundo eles, gostavam de nós, bichas e viados. Fly e MacRae (1985) afirmam que é muito comum atribuir qualidades associadas a nossa identidade



“bichas” como fonte de “criatividade, sensibilidade artística e humor” (Fry; MacRae, 1985, p. 58) como se fossem propriedades naturais e inerentes a nós. Havia um entendimento tácito de que aqueles comportamentos, falas, comentários e brincadeiras poderiam ser partilhados conosco, apesar de nossas bichices feminilizadas, nossos corpos reproduziam a imagem dos dispositivos das masculinidades. Penso que, de alguma forma, fetichizávamos em seus imaginários. As mulheres não suspeitariam de que nós estaríamos em situações de disputas pelos seus parceiros, porque éramos acolhidos por eles e amigos delas.

Esse preâmbulo é necessário para poder situar o debate em torno do que consideramos como contextos de LGBTI+fobias recreativas, ocorridos em situações corriqueiras das nossas experiências. Faço uso do termo na perspectiva de Jorge Bondía Larossa em que a “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (Larossa, 2002, p. 21), e vivências dos nossos corpos de sexualidades dissidentes, possibilitados pelos dispositivos discursivos, que articulados, produzem mecanismos para a manutenção das estruturas patriarcais, heteronormativas e heterossexuais. Neste momento, em que trago este relato autobiográfico como ponto de partida para uma abordagem teórica, para além de pesquisador, posiciono-me como sujeito da experiência, na acepção de Larrosa (2002, 2015), no percurso das reflexões nesse texto: “o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos” (Larrosa, 2002, p. 24). Para o autor,

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, olhar mais devagar, escutar mais devagar, parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Larrosa, 2015, p. 25).

Mesmo nos *espaços-tempos* destinados ao lazer, não consigo me desconectar do olhar e da escuta inquietante do pesquisador, que tensiona a temática das relações de gênero e sexualidade. Sempre percebo um ambiente propício ao diálogo pedagógico antirracista, antipatriarcal, antiheteronormativo e antiLGBTIfóbico. Desse modo, comecei a perceber que os héteros tomavam seus drinks, a maioria deles bebiam cervejas, e iniciavam “brincadeiras usuais” com duas de nós que estavam nas mesas interagindo com eles. Eles pegavam nos seus “paus”, apontavam para nós dizendo que queriam ser “mamados”, perguntavam onde nós queríamos receber “leite”, se já tínhamos dados nossos “cus” naquele dia.

A risadaria e a galhofada tomavam conta de todos eles, inclusive de duas de nós que incentivavam ainda mais aquelas “falas”, na esperança de que algum ou alguns deles pudessem,



de algum modo, deslocar o discurso da esfera das “brincadeiras” sexualizadas - que, aos meus ouvidos, não estavam no âmbito do lúdico, mas se configuravam em violências simbólicas - para o que seria a consumação da prática sexual, tendo um ou vários deles como parceiros. Em silêncio, fiquei observando as interações fortuitas, com diálogos que permeavam ambiguidades, criando um ambiente discursivo, com tendências e conotações repletas de intenções e desejos, para a concretização das práticas sexuais. Esses “héteros” estavam legitimando e reforçando as relações de poder do sistema político do sexo (Rubin, 2017), em que a figura do homem é considerada superior socialmente em relação a mulher.

No caso acima, nós, as bichas, éramos as presenças personificadas da feminilização, em corpos com paus; em contraposição, às falas dos héteros que reportam ao lugar do homem que domina, do homem que come, do homem que penetra, ou seja, o ativo. O que na prática, não é bem assim que essa performance acontece, principalmente com os homens que se (auto)afirmam héteros e bem casados que, em seus desejos mais íntimos, performatizam a passividade, no ato sexual com as “bichas” e os “viados”, as quais, no imaginário coletivo, possuem um constructo social de efeminadas e passivas. Fry e MacRae (1985) reforçam que o “ato sexual é percebido também em termos hierárquicos pois a ideia de quem penetra é de certa forma o vencedor de quem é penetrado” (Fry; MacRae, 1985, p. 48). Assim, os discursos dos héteros, no início dessa argumentação, expressam justamente essa “superioridade” social do homem em relação ao feminino, ao efeminado, sejam em quais corpos performatizem.

Após todas as ações de violências simbólicas e divertimento desses “heteros”, eles começaram a ir para suas residências, com suas esposas, namoradas e filhos e restaram as três bichas naquele ambiente. Comecei a externar para as outras bichas/viadas a minha inquietação sobre o lugar de escárnio e ridicularização a que fomos expostos, naquela situação específica, em que aqueles homens “héteros” nos colocaram. Falei da forma como eles “brincavam” e faziam “humor” com nossas identidades LGBTI+. Uma das amigas bichas olhou para mim e disse: “Eles não fala(r)a(m) por mal: não passa de brincadeiras!”. De imediato, esse enunciado me remeteu ao livro “Racismo Recreativo” do Prof. Dr. Adilson Moreira (2020), que trata justamente das situações corriqueiras de práticas racistas que reproduzem estereótipos negativos e estigmas sociais e culturais, afetando a vida da população preta brasileira.

Nesse momento, percebi a possibilidade de uma correlação: esse uso do termo “Racismo Recreativo” se concretizou, por analogia, no contexto em que aconteceu a narrativa compartilhada. Aproveito para esclarecer que a relação estabelecida por mim ao ler o livro, em nenhuma das hipóteses, se aproxima dos sofrimentos vivenciados nas práticas racistas, refletidas e discutidas



pelo professor, em relação às pessoas pretas. Pelo contrário, entendo que o método criado pelo autor, para explicitar como as estratégias da branquitude, por meio das expressões humorísticas, mostra como essas práticas se perpetuam e reiteram as políticas colonialistas do racismo. Diante disso, ousadamente, correlacionei ao que identifico como “LGBTI+fobia Recreativa”.

A partir do episódio vivenciado e relatado por mim, podemos inferir que a LGBTI+fobia recreativa é a utilização de humor e expressões linguísticas para satirizar, depreciar ou ridicularizar pessoas LGBTI+. É uma forma de preconceito que, através de supostas “brincadeiras”, com base no “humor”, traduz-se em violência, desumanização e humilhações às pessoas LGBTI+. Este cenário sugere que ainda existem muitos obstáculos para a população LGBTI+, especialmente aqueles relacionados às violências simbólicas e psicológicas, cuja essência nem sempre é compreendida como é: agressão, ofensa, humilhação e desrespeito às nossas identidades.

A violência simbólica é fundamentada no machismo, na misoginia e na visão binária da heteronormatividade, com o objetivo de classificar homens e mulheres, reduzindo-as à condição inferior – e, neste escopo, as pessoas que, supostamente, performam e/ou apresentam feminilidade, também devem ser inferiorizadas. Neste cenário, o corpo LGBTI+ é alvo de supostas “brincadeiras” e, para os homens, isso é visto como “engraçado”. Contudo, o que isso tem de engraçado? Por que o corpo LGBTI+ é alvo de “brincadeiras” ofensivas, que, em realidade, traduzem desprezo e humilhação, ao tempo em que esses mesmos homens se sentem incitados (ou seria excitados) a falarem, sem nenhum tipo de pudor, sobre os seus e os nossos órgãos sexuais?

Esse conjunto de ações opressivas e de comportamentos violentos indicam que, por meio do discurso da brincadeira, há a materialização de violências psicológicas e simbólicas, as quais relacionam-se à violência de gênero. A base dessa violência está em uma conjunção de opressões, hierarquias, relações de poder, subalternidade e discriminações, o que evidencia que tais violências ocorrem de forma interseccional, encaminhando às diversas formas de violência contra as mulheres e à população LGBTI+ (Engel, 2020).

O entendimento de que a violência é multidimensional possibilita compreendermos que, quando tratamos da violência de gênero, de forma mais específica, estamos tratando não apenas da violência direta, física, mas também da estrutural e da cultural, que se relacionam diretamente à violência estatal, das instituições sociais, e à violência psicológica que se assenta em supostas relações de hierarquia e superioridade/inferioridade, como ocorrem nas relações entre homens e mulheres, por exemplo, ou, neste caso, entre heterossexuais e gays.

Destacamos, nesse sentido, que a discussão relacionada à violência de gênero e, mais especificamente, à categoria gênero ajuda a entender como as construções sociais se apropriam de



diferenças biológicas e sexuais entre homens e mulheres para construir um discurso social, moral e religioso de atribuição de características e discordâncias a cada sexo, com papéis definidos por essa construção social. Tais funções foram associadas a vários cargos e esferas das vivenciais sociais, que são valorizados de forma distinta em termos de economia, política, sociedade e cultura, o que determina também quais seres podem ser ou não alvo de violência.

Os papéis de gênero são comportamentos aprendidos em uma sociedade, comunidade ou grupo social, nos quais seus membros estão condicionados para perceber certas atividades, tarefas e responsabilidades como masculinas ou femininas. Estas percepções estão influenciadas pela idade, classe, raça, etnia, cultura, religião ou outras ideologias, assim como pelo meio geográfico, o sistema econômico e político. Com frequência se produzem mudanças nos papéis de gênero como resposta às mudanças das circunstâncias econômicas, naturais ou políticas, incluídos os esforços pelo desenvolvimento, os ajustes estruturais e ou outras forças de base nacional ou internacional. Em um determinado contexto social, os papéis de gênero dos homens e das mulheres podem ser flexíveis ou rígidos, semelhantes ou diferentes, complementares ou conflituosos (CEPAL, 2006, p. 225 *apud* Brasil, 2016, p. 32).

Os papéis de gênero, por sua vez, implicam diretamente numa falsa noção de superioridade masculina e de inferioridade feminina, bem como de hierarquia heteronormativa, o que leva à inferiorização de pessoas LGBTI+. Apresentei, assim, a questão de a sociedade ser estruturada por meio da política da heteronormatividade, patriarcal e da heterossexualidade compulsória como práticas normatizadas de organização do sexo e da sexualidade como forma de evidenciar essa hierarquização que atinge, diretamente, a corporalidades e subjetividades como as minhas. E que aqueles discursos dos “héteros” que, aparentemente, as bichas entendiam como inofensivos (eram só brincadeiras), que não estavam nos ofendendo, eram mecanismos patriarcais, heteronormativos e heterossexuais se renovando para se manter presente no consciente e inconsciente coletivo – construídos e autorizados a partir do afeto nutrido e dos espaços de sociabilidade. Essas estratégias são tão eficientes que, nós, bichas e viados, na maioria das vezes, não nos damos conta da teia de engendramento e de envolvimento que camuflam opressões e discriminações operadas por essa política do sexo. A prática das brincadeiras, do uso do humor, da circulação dos estereótipos negativos pode ocasionar consequências de toda ordem, desde as violências simbólicas às agressões físicas, que podem ser letais aos corpos e corpos LGBTI+.

4 Considerações finais

Finalizamos essa discussão convocando todas as LGBTI+ a um movimento de reflexão e consciência *ser-estar* LGBTI+ no mundo, visto que, não só o sexo e a academia são políticos, mas também a escrita, o discurso e os nossos espaços de atuação. Não podemos estar inocentes aos acontecimentos e achar que o pensamento hétero não está criando suas armadilhas e estratégias



para a manutenção do *status quo* das práticas políticas do sexo patriarcal, branco, heteronormativo, heterossexual, caso contrário continuaremos sendo cooptados compulsoriamente. Wittig (2022) nos convida a produzir uma transformação política dos conceitos centrais no pensamento hétero, que é também político. Baseado nessa perspectiva da autora, é que me referenciei ao longo do texto como “bicha” para ressignificar esse conceito que foi negativado, depreciado e subalternizado socialmente. Dessa forma, entro no jogo das disputas conceituais em confronto com os mitos da heterossexualidade.

Desse modo, a narrativa dessa experiência vivenciada (LGBTI+fobias Recreativas) me situa e localiza num lugar de fala que pode refletir outras narrativas vivenciadas por nossos semelhantes LGBTI+, silenciadas pelas armadilhas estratégicas do sistema político sexual dominante (patriarcal, heteronormativo e heterossexual). Reafirmamos, nesse sentido, que a violência de gênero se articula à organização binarista da heteronormatividade para desvelar sarcasmos, ofensas, humilhações e preconceitos que se estruturam sob o discurso de “humor”, de brincadeiras. E assim o fazem tendo como espaço de atuação o campo dos afetos, a intimidade da sociabilidade criada, para que sequer desconfiemos das reais intenções que tais discursos desvelam. Desejamos, assim, que este texto/relato/narrativo ecoe novas possibilidades de criar fissuras nessas estratégias, identificando, desvelando e compreendendo como elas se manifestam nas nossas relações.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BERTAUX, Daniel. *As narrativas de vida*. Lisboa: Mundos Sociais, 2020.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, [S.l.], n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2024.

BRASIL. *Diretrizes Nacionais Feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*, Brasília – DF, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, [S.l.], v. 17, n. 51, p.



523-536, 2012.

FERNANDES, Estevão Rafael. *Existe índio gay?: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil*. São Paulo: Prismas, 2017.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GREEN, James. *Além do Carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

KATZ, Jonathan Ned. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LARROSA, Jorge. *Tremores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Série Debates – Antropologia)

MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Concinnitas*, ano 17, v. 01, n. 28, set./2016, p. 341-354.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

REIS, Toni (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. São Paulo: Aliança Nacional LGBTI; Rede GayLatino, 2018.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Editora Ubu, 2017.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2022.

